

O mundo de Barack Obama

Matias Spektor

Professor pesquisador do CIPPEC, e
coordenador do MBA em Relações Internacionais da FGV

Em 2009, a política mundial será marcada pela reorientação da postura internacional dos Estados Unidos. O presidente Barack Obama redefinirá os termos da estratégia de seu país para lidar com o Islã e avançará uma nova abordagem para gerenciar o desafio ecológico. Seu governo conduzirá uma operação diplomático-militar para substituir o Iraque pelo Afeganistão como alvo central do uso da força naquela região. A Casa Branca também investirá capital intelectual ao

longo do ano para estabelecer os parâmetros de uma nova atitude face à proliferação nuclear, cuja urgência é ressaltada pela recente expansão da influência iraniana no Oriente Médio e pela próxima revisão do Tratado de Não-Proliferação, em 2010. Esse enorme esforço diplomático poderá ser comprometido, contudo, num cenário de intensa recessão econômica ou diante de um acúmulo de fracassos em política externa logo nos primeiros meses do governo.

Em seus primeiros gestos, Obama aproveitará o vasto capital político de que dispõe para tentar reverter a trajetória de declínio da imagem norte-americana. O ambiente é propício para uma empreitada dessa natureza: em momentos de alta fluidez no sistema internacional, os estadistas têm a chance de transcender os limites estruturais e deixar as marcas mais perenes nos livros de História. Nesse sentido, em 2009, a chegada de Obama ao governo representa, por si só,

um ganho de influência para os Estados Unidos no mundo. Ele é hoje em dia um dos principais ativos de poder que o país dispõe em suas relações internacionais.

Parte da estratégia internacional de Obama ocorrerá em instituições internacionais, principalmente na ONU. Na leitura do novo presidente, ela reduz os custos operacionais de política externa norte-americana, funciona como caixa de ressonância de seus interesses e dota a hegemonia do país de um caráter benigno. Nada disso, entretanto, permitirá a seu governo transcender o dilema fundamental que os Estados Unidos enfrentam nesse foro: uma postura norte-americana assertiva será temida e resistida; e uma postura de indiferença será acusada de impostura imperial.

Nenhum tópico da agenda ilustra melhor esse dilema que a política do novo governo para o uso da força. Haverá fortes pressões para que o governo norte-americano atue em vários quadrantes, mas o faça coletivamente e em nome de interesses e valores compartilhados da comunidade internacional. Também haverá fortes pressões em direção contrária: o público norte-americano tem limitado apetite por novas incursões em terras distantes. A Casa Branca será particularmente seletiva antes de embarcar em

operações onde o consenso internacional é extremamente fugidío. É esse o caso de Congo, Darfur, Afeganistão e Paquistão: ambientes onde divisões étnicas, políticas e religiosas resultam em guerras, crises de refugiados e espaços não-governados onde podem florescer organizações terroristas. Seguindo uma política ativista ou não, o novo governo manterá em seu repertório as doutrinas de preempção, auto-defesa preventiva e intervenção humanitária típicas da década de 2000. Nesse sentido seria um equívoco esperar que o governo Obama apague todas as marcas da Era Bush.

Para o Brasil, a chegada de Obama terá implicações importantes. A postura dominante é de relutância e está encapsulada em expressão hoje recorrente nos corredores de Brasília: “não é bom estar no radar dos Estados Unidos”. Segundo essa visão, a assimetria de poder entre os dois países é vasta, intransponível e sempre funciona em detrimento do interesse nacional brasileiro. Dado o histórico da relação, é natural que esse pensamento vingue como um paradigma convincente. Na atual conjuntura, espera-se pouco progresso em negociações comerciais internacionais e no acesso brasileiro ao mercado norte-americano.

Entretanto, é importante compreender a enorme oportu-

Obama
aproveitará
o vasto capital
político de que
dispõe para tentar
reverter a trajetória
de declínio
da imagem
americana

nidade que se apresenta diante do Brasil. Alguns dos temas que Obama privilegiará — mudança climática, não-proliferação e a nova arquitetura financeira — são quesitos onde o Brasil importa e tem muito a dizer. Estaremos diante de um presidente norte-americano que parece disposto a ouvir, e deveríamos utilizar isso como um instrumento para alavancar o prestígio e a influência de nossa diplomacia no mundo, além de obter concessões específicas. Isso seria facilitado pelo fato de o Brasil assumir uma cadeira rotativa no Conselho de Segurança da ONU a partir de janeiro de 2010.

A trajetória internacional dos Estados Unidos, em 2009, devia servir-nos como fonte de atenta reflexão. ■